

Os limites do capital, de David Harvey: para a reconstrução da teoria marxiana das crises

FRANCISCO TEIXEIRA*

A questão da relação entre limites e barreiras

Escrito há mais de 30 anos, *Os limites do capital*, de David Harvey, veio a público com a promessa de reconstruir a teoria das crises em Marx e, ao mesmo tempo, atualizar o seu conceito para pensar o capitalismo contemporâneo. Para tanto, estabelece três recortes. No primeiro, investiga a dialética interna das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção; no segundo, examina as dinâmicas temporais e como estas “estão moldadas e mediadas a partir de arranjos financeiros e monetários”; e, finalmente, no terceiro recorte, intenta integrar a geografia do desenvolvimento desigual na teoria da crise.

Os leitores de Marx, certamente, dar-se-ão conta de que Harvey, para reconstruir a teoria da crise, não segue o método de exposição de *O capital*. Embora não obedeça às exigências desse método, ele tem clareza de que, numa apresentação dialética, como o é a de *O capital*, é necessário saber o lugar que cada categoria ocupa dentro da arquitetura categorial de articulação das determinações do objeto de investigação de Marx – o capitalismo. Em seu livro, *Para entender O capital*, ele reconhece que a primeira vez que Marx fala de crise é quando expõe as determinações da circulação simples de mercadorias. Nesse estágio, a crise é vista como uma mera possibilidade, pois ainda é necessário desenvolver várias

* Professor da Universidade Regional do Cariri (Urca). E-mail: acopyara@uol.com.br

mediações até que todas as determinações do seu conceito sejam apresentadas. Com pesar, Harvey é obrigado a advertir seu leitor de que,

para desenvolver plenamente essa possibilidade de crise, você (leitor) terá de ler os livros II e III, além dos três volumes de *teorias do mais-valor*, porque, como diz Marx, precisamos saber muito antes de poder explicar em detalhes de onde surgem as crises (Harvey, 2013b, p.71).

Mas antes de analisar a ideia central do seu livro, vale a pena esclarecer o que Harvey entende por limites e barreiras em Marx, uma vez que esses conceitos estão presentes ao longo de todo o livro. Depois de ressaltar o caráter extremamente revolucionário do capitalismo, Harvey acrescenta que essa sua necessidade de expansão é um processo contraditório, no qual

o capitalismo encontra barreiras externas porque as “fontes duradouras dessa fertilidade” – o solo e o trabalhador – não têm capacidades ilimitadas. Mas ele também encontra limites existentes na própria circulação – e esses são as contradições internas do capitalismo que Marx vai procurar expor. (Harvey, 2013b, p.156)

Infelizmente, Harvey não explora devidamente a relação dialética entre barreiras e limites. Não mostra, por exemplo, como o capital transforma seus limites em barreiras, condição necessária para o seu desenvolvimento. Como assim? Melhor deixar que o próprio Marx explique. Nos *Grundrisse*, ele esclarece que

o capital, como representante da forma universal de riqueza – do dinheiro –, é o impulso ilimitado e desmedido de transpor seus próprios limites. Cada limite é e tem de ser obstáculo para ele. Caso contrário, deixaria de ser capital – o dinheiro que se produz a si mesmo. Tão logo deixasse de sentir um determinado limite como obstáculo, mas se sentisse à vontade nele como limite, o próprio capital teria degenerado de valor de troca a valor de uso, da forma universal de riqueza a uma existência substancial dentro dela. O capital enquanto tal cria um mais-valor ilimitado; ele é o movimento contínuo de criar mais-valor. O limite quantitativo do mais-valor aparece para o capital somente como barreira natural, como necessidade que ele procura incessantemente dominar e transpor. (Marx, 2011, p.264)

Quer dizer então que valorização do valor não tem limites? Decerto que tem. Quando expõe os conceitos de barreiras e limites, Marx ressalta que a valorização do valor só pode mover-se no interior dos limites estabelecidos pelo tamanho da jornada de trabalho. Depois de vários exercícios matemáticos, para mostrar os efeitos de uma crescente produtividade do trabalho sobre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho não necessário, ele mostra que, na medida em que se desenvolvem as forças produtivas, o tempo de trabalho excedente é cada vez menor. Por isso, esclarece que o valor excedente

crece, mas em proporção sempre menor que o desenvolvimento da força produtiva. Consequentemente, quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais trabalho excedente criou, tanto mais extraordinariamente tem de desenvolver a força produtiva do trabalho para valorizar-se em proporção ínfima, i.e, para agregar mais valor – porque o seu limite continua sendo a proporção entre a fração da jornada que expressa o trabalho necessário e a jornada de trabalho total. O capital pode se mover unicamente no interior dessas fronteiras. (Ibid., p.267)

Mas como o capital é a contradição em processo, na medida em que ele desenvolve as forças produtivas,

a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende do contrário, do nível geral da ciência e do progresso tecnológico [...]. (Ibid., p.587-88)

Consequentemente, acrescenta Marx, estariam postas “as *condições materiais* para fazê-lo [o capitalismo] voar pelos ares” (Ibid., p.588, ênfase nossa).

Não sem razão, bem antes dessa passagem, Marx chama a atenção para o fato de que

há um limite, não à produção em geral, mas à produção fundada no capital, e esse limite é duplo, ou, melhor dizendo, é o mesmo limite considerado em duas direções. Aqui é suficiente mostrar que o capital contém uma limitação particular da produção – limitação que contradiz a sua tendência geral de transpor qualquer obstáculo à produção – para desvelar [...], sobretudo que ele não é, como acreditam os economistas, a forma absoluta para o desenvolvimento das forças produtivas. (Ibid., p.339)

De um livro que traz como título *Os limites do capital*, no mínimo, era de esperar que seu autor explorasse mais a fundo a dialética entre barreiras e limites em Marx. Mas não o fez. Limita-se apenas a ressaltar, como será visto em seguida, que o autor de *O capital* defende a ideia de que o capitalismo caminha para uma catástrofe final; um limite que ele não pode ultrapassar. Na construção de seu terceiro recorte da crise, Harvey volta a bater na mesma tecla, pois, para ele, o mercado externo é a fronteira-limite de expansão do capitalismo. Quando o mundo inteiro se transformar numa grande feira comercial, o capital atinge um limite a partir do qual suas contradições internas não têm mais como se desenvolver.

Seria Harvey um adepto do colapso inevitável do capitalismo? Seja qual for a sua resposta, uma coisa é certa: ele não diz nada que já não tenha sido objeto

de investigação de uma Rosa de Luxemburgo, de um Lenin, para citar os mais conhecidos. Mas por uma questão de honestidade intelectual é preciso acompanhar os argumentos do autor, para, então, dar provas de que não estamos julgando-o de forma apressada.

Crises e suas modalidades

O “primeiro recorte” da teoria da crise traduz a contradição básica entre o desenvolvimento das forças produtivas e as barreiras criadas pelas relações sociais da produção. Ao longo do seu desenvolvimento, o capitalismo tende a criar uma superacumulação de capital, que pode se manifestar “como saturações no mercado, elevações maciças nos estoques, capacidade produtiva e capital monetário ocioso, desemprego e taxas decrescentes de lucro (após a distribuição)” (Harvey, 2013, p.272).

Algumas páginas antes, Harvey, intercalando com algumas passagens de *O capital*, Livro III, assevera que a tendência para o decréscimo da taxa de lucro “gera superprodução, especulação, crise e capital excedente, juntamente com a produção excedente”. Além disso, revela “que a produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que não tem nada a ver com a produção da riqueza como tal; e essa barreira peculiar atesta as limitações e o caráter meramente histórico do modo de produção capitalista” (Harvey, 2013, p.265).

Nessas passagens em que Harvey cita alguns trechos de Marx, cabe perguntar se o autor de *O capital* estaria afirmando que o capitalismo está sujeito a uma crise permanente. À primeira vista, ele diz que Marx não confirma essa ideia. Para que não haja dúvidas, concede-lhe a palavra para dele ouvir que a

superprodução não provoca uma queda constante no lucro, mas a superprodução periódica ocorre constantemente [...]. A superabundância transitória de capital, a superprodução e as crises são algo diferente. Crises permanentes não existem. (Marx apud Harvey, 2013, p.266)

No entanto, Harvey acredita que o

declínio secular de longo prazo ainda é possível – talvez até culminando na catástrofe final que alguns marxistas preveem – mediante o escopo ampliado e a intensidade aprofundada dessas crises periódicas. E a certa altura Marx parece indicar que o capitalismo realmente encara esse destino. (Harvey, 2013,p.266)

O que Harvey acrescenta de novo sobre a questão da dialética interna das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção? Categoricamente, nada do que Marx já não tenha dito desde a redação do *Manifesto comunista*. Mas esta é a leitura deste comentarista, que deixa com o leitor o ônus da prova do que se acaba de afirmar.

A dupla dimensão do capital fictício

O capital fictício é uma forma de dinheiro de crédito extremamente especulativa. Se assim é, pergunta Harvey, por que, então, “o capitalismo tolera o capital fictício?”. Sua resposta é simples: o sistema precisa desse tipo de “dinheiro” para remover as barreiras que impedem a expansão da acumulação de capital. Sem ele, como diz Marx em *O capital*, Livro I, sem a criação de um sistema de crédito, com todos os riscos que lhes são inerentes,

o mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades por ações chegou a esse resultado num piscar de olhos. (Marx, 1985, p.198)

Não sem razão, Harvey entende que “o capital fictício é tão necessário para a acumulação quanto o próprio capital fixo” (Harvey, 2013, p.357). Com efeito, argumenta que

as corporações organizadas segundo o princípio da sociedade anônima levantam dinheiro vendendo ações, quotas e títulos para os capitalistas monetários. O dinheiro levantado é colocado para funcionar como capital para produzir mais-valor [...]. Os investidores detêm títulos de propriedade e recebem juros [...]. Os títulos são simplesmente direitos negociáveis a uma quota na produção futura do mais-valor. Os investidores podem recuperar o seu dinheiro a qualquer momento vendendo suas ações, quotas e títulos a outros investidores. A compra e venda conduzem à criação de um tipo especial de mercado – o mercado de ações. Esse mercado é um mercado para o capital fictício, para a circulação dos direitos de propriedade como tais. (Ibid., p.364)

Mas se o capital fictício é vital para o desenvolvimento do capitalismo, por que esse tipo de “dinheiro” pode recorrentemente submeter o sistema a crises de estabilidade, arrastando em sua esteira todos os setores da economia? Harvey afirma que enquanto a criação

de crédito acompanhar o ritmo do trabalho socialmente necessário realizado na sociedade, então os efeitos do crédito são mais benéficos do que prejudiciais com respeito à circulação do capital [...]. Se os valores fictícios passarem a não ser apoiados pelos produtos do trabalho social ou se, por qualquer razão, a fê no sistema de crédito ficar abalada, então o capital precisa encontrar alguma maneira de restabelecer sua base no mundo do trabalho socialmente necessário. (Ibid., p.385)

O parágrafo anterior deixa em aberto duas questões: primeira, por que o sistema de crédito se desloca da base real da economia? Segunda, como o capital de crédito pode voltar a assentar sua base no mundo real da economia?

Para responder a primeira delas, Harvey investiga como os ciclos econômicos estão interligados com a dinâmica do capital fictício, para, então, definir o seu segundo recorte da crise. Em rápidas pinceladas, ele apresenta os estágios do ciclo de acumulação, começando pela fase estagnação, que se caracteriza

por uma redução severa da produção e baixas taxas de lucro [...]. A fé no sistema de crédito foi severamente abalada, enquanto a demanda por capital de empréstimo é reduzida devido às expectativas pessimistas com relação às receitas futuras. O dinheiro é usado principalmente para medir valores e remover o capital fictício irrelevante da economia. (Ibid., p.394)

Na fase seguinte do ciclo, surgem várias oportunidades criadas ainda na fase de estagnação para a retomada do crescimento econômico:

Os salários e as taxas de juros em queda deixam uma parcela maior do mais-valor para o lucro das empresas, o que pode compensar em parte os preços mais baixos. O capital desvalorizado (mercadorias, capital fixo, construções etc.) pode ser comprado barato, reduzindo assim os gastos com capital constante e baixando a composição do valor do capital. (Ibid., p.394)

Estão dadas, assim, as condições para a retomada do crescimento econômico. No início de ascensão do ciclo, “a taxa de juros baixa pode, com a recuperação de alguma fé no sistema, conduzir ao financiamento de certos investimentos de capital fixo em longo prazo [talvez através da ação do Estado]” (Ibid., p.395). Em consequência, aumenta o emprego no setor produtor de bens de capital (setor), provocando, assim, um crescimento da demanda por bens de consumo. Cresce também a demanda por capital fictício. No entanto, a criação desse capital não traz problemas para o sistema, uma vez que é utilizado para financiar a própria expansão da produção.

Apoiado em Marx, Harvey concede-lhe a palavra para dele ouvir que esse cenário de prosperidade torna-se, no entanto, problemático, quando

“a competição por fundos de empréstimos torna-se mais aguda e a taxa de juros começa a subir. Os industriais são pressionados para uma luta concorrencial pelo mais-valor relativo em uma época em que emerge a escassez de trabalho. Os salários tendem a se mover acima do valor da força de trabalho [...]. Uma grande expansão do capital fixo em todas as formas e a abertura de novas empresas em uma escala vasta e de longo alcance”. Isto requer ainda mais capital de empréstimos e coloca a indústria ainda mais firmemente a serviço do capital monetário. (Marx apud Harvey, 2013, p.396)

Com isso, começam a surgir fortes desequilíbrios internos na produção. Com a redução do desemprego, as taxas de salários começam a subir vertiginosamente.

A demanda por bens de consumo continua forte, ao mesmo tempo que sobem as taxas de juros da economia. Resultado:

Presos a um “esmagamento do lucro”, os industriais procuram desesperadamente maneiras de inovar sua saída das dificuldades [...]. Mas isso só pode ser feito à custa da criação de vastas quantidades de capital fictício, ou de abrir espaço para a “forma colossal de envolvimento em empreendimentos de risco e burla”. (Harvey, 2013, p.397)

Advém o *crash* sob a pressão de uma forte febre especulativa. Por isso, a crise aparece como uma crise de crédito e monetária. E não poderia ser diferente, uma vez que, diria Marx, “toda conexão do processo de produção repousa sobre o crédito”. No entanto, um exame mais detido do ciclo de acumulação mostra que os desequilíbrios da economia têm início em sua base real, como assim acontece durante a fase de ascensão, durante a qual os capitalistas, acometidos de fortes delírios, passam a exclamar que “apenas a mercadoria é dinheiro”. No entanto, com o advento da crise, em que se acumulam os estoques de capital fixo e de mercadorias em geral, capacidade de produção ociosa etc., os mesmos capitalistas de antes agora bradam aos quatro cantos do mundo que “apenas o dinheiro é mercadoria”. Daí a corrida desesperada por dinheiro vivo, como a única forma segura de riqueza.

Para concluir, falta responder a questão que perguntava como o capital de empréstimo volta a assentar sua base no mundo do trabalho socialmente necessário. Na época de Marx, na qual a mercadoria dinheiro era o ouro, dispor dessa mercadoria dava ao seu proprietário poder de dispor da real existência do valor em oposição absoluta a todas as outras mercadorias. Harvey concede a palavra a Marx, para quem “assim que o crédito fica abalado [...] toda a riqueza real deve ser realmente transformada em dinheiro, em ouro e prata – uma demanda louca que, no entanto, necessariamente é gerada pelo próprio sistema”. Harvey acrescenta ainda que essa “repentina onda de demanda por liquidez e convertibilidade para ouro excede em muito o ouro e a prata disponíveis, que ‘equivalem apenas alguns milhões nos cofres do banco’” (Marx apud Harvey, 2013, p.386).

Mas se no capitalismo contemporâneo o ouro não é mais a mercadoria dinheiro, a análise de Marx continua atual? Harvey entende que sim. Com a diferença de que

em condições de não convertibilidade para o ouro, o ônus de disciplinar o sistema de crédito recai sobre o banco central [...]. Elevando a taxa de juros o banco central pode “apertar o cinto” [...], aumentar o custo da conversão de dinheiros creditícios em dinheiro do banco central e, assim, esfriar as febres especulativas e manter em xeque a criação de capital fictício. Por meio de um controle criterioso e de manipulação da taxa de juros e das exigências de reserva, uma autoridade monetária

poderosa pode esperar evitar a desvalorização das mercadorias e ao mesmo tempo preservar a qualidade do seu próprio dinheiro como reflexo “verdadeiro” do valor do trabalho social. (Harvey, 2013, p.386)

No entanto, Marx diria que esse tipo de política monetária “é uma ilusão”. Em primeiro lugar, como assim esclarece Harvey, a autonomia do banco central “é limitada por sua posição na política cambial”. Em segundo lugar,

os capitais fictícios devem ser necessariamente criados antes da acumulação real, o que significa que “a acumulação de capital monetário deve sempre refletir uma maior acumulação de capital do que na verdade existe”. (Ibid., 2013, p.387)

Resultado: por mais atuante que seja o banco central, este não dispõe de poder para impedir a crise, pois não tem como resolver a contradição entre o sistema financeiro e sua base monetária, isto é, entre o capital monetário de empréstimo e a base real da economia. Que o diga Harvey, para quem essa contradição

se reduz fundamentalmente a uma contradição entre “o capital em sua forma monetária e o capital em sua forma mercadoria”. Em condições de superacumulação, a classe capitalista parece ter uma escolha entre desvalorizar o dinheiro ou as mercadorias, entre a inflação e a depressão. No caso de a política monetária estar dedicada a evitar ambos, ele simplesmente acaba incorrendo em ambas (como ilustra a situação atual do capitalismo). (Harvey, 2013, p.388)

Se é certa a leitura que aqui se faz desse segundo “recorte da crise” em Harvey, não é preciso muito esforço para concluir que esse autor não acrescentou nada de novo à teoria marxiana da crise. E o que parece mais grave é o fato de que ele assume literalmente o caráter cíclico das crises, como se as categorias com as quais Marx articula a inteligibilidade das determinações do capital tivessem um caráter a-histórico. Sem entrar no mérito dessa questão, uma coisa parece certa: atualmente é bastante improvável que a presente crise, que se arrasta desde o início da década de 1970, seja seguida de uma nova fase prolongada de crescimento acelerado. A crise perdeu seu caráter cíclico. Por isso, alega-se que um novo *boom* de crescimento e prosperidade econômica não seja mais possível. Esse prognóstico pessimista apoia-se no fato de que a intervenção estrutural do Estado na economia impede uma desvalorização massiva dos capitais existentes, pré-condição necessária para a retomada da taxa média de lucro (Mandel, 1990).

Se a razão está com Mandel, isto é, se a desvalorização dos capitais não mais responde às exigências do presente, não há como duvidar: cai por terra a construção do segundo recorte da crise de Harvey, qual seja: como as dinâmicas temporárias são moldadas e mediadas a partir de arranjos financeiros.

Aspectos geográficos da teoria da crise

Os dois últimos capítulos de *Os limites do capital* investigam como o capital produz, a partir de sua dialética interna, configurações espaciais, criando formas espaciais diferenciadas e desiguais de valorização do valor. Mas é somente no último capítulo (13) que Harvey constrói seu recorte na teoria da crise de Marx. Ele parte da problemática enfrentada por Hegel de como esse filósofo enfrenta a questão sobre a concentração da riqueza num polo da sociedade e a produção crescente da miséria noutro polo. Vislumbra como saída a busca de mercados externos, mas “falha em indicar se a sociedade civil pode ou não resolver permanentemente seus problemas internos de expansão espacial” (Harvey, 2013, p.524).

Harvey entende que é dessa questão deixada em aberto por Hegel que parte Marx para escrever o último capítulo do Livro I de *O capital*, “A teoria moderna da colonização”. No entanto, Marx, como assim entende Harvey, chega à mesma conclusão a que chegara Hegel, ou seja, que a criação de colônias ou do comércio internacional simplesmente “transfere as contradições internas para uma esfera mais ampla e lhes proporciona maior latitude” (Marx apud Harvey, 2013, p.525). Resultado: a longo prazo, conclui Harvey, “não há solução externa para as contradições internas do capitalismo”.

Se assim é, então, a expansão do capitalismo mediante a criação de colônias externas, de um mercado internacional, não resolve as contradições internas do sistema. Pelo contrário, o limite externo a esse processo de expansão “está no ponto em que toda pessoa em todo canto do mundo fica espremida dentro da órbita do capital. Até que esse limite seja alcançado, as resoluções ‘externas’ para as contradições internas do capitalismo parecem inteiramente factíveis” (Ibid., p.525).

É desse contexto que parte Harvey para construir sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual, numa tentativa de investigar que papel desempenharia a geografia “nos processos de formação e resolução da crise”. Infelizmente, não dispomos de mais espaço para acompanhar como esse autor constrói seu terceiro recorte na crise a partir da dialética do desenvolvimento do capitalismo, que envolve a produção de novas diferenciações geográficas com o objetivo de derrubar as barreiras criadas por suas contradições internas. No entanto, a discussão até aqui desenvolvida parece suficiente para o leitor continuar sua leitura por conta própria, se é que já não o fez. Em caso afirmativo, que tome esses “apontamentos” de leitura para transformá-los em objeto para uma crítica.

Harvey e seu “marxismo pé no chão”

Em *Para entender o capital*, Harvey não explora devidamente os capítulos XXI e XXII de *O capital*, Livro I, nos quais Marx investiga a conversão das leis de propriedade de produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista. Essa conversão é extremamente importante porque é a partir dela que Marx resolve a contradição básica em que se viu enredada a economia política clássica:

como compatibilizar a produção da mais-valia com o princípio da equivalência. Afinal, esse princípio é a pedra de toque do sistema produtor de mercadorias; é a base sobre a qual se edifica a ideologia da troca de equivalência, a base de legitimidade ao capitalismo.

Ao deixar em aberto essa questão da interversão das leis de propriedade da produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista, *Para entender o capital* não vai além de outros manuais do mesmo gênero. Talvez seu “marxismo pé no chão”, como assim apropriadamente o designa Eleutério Prado em sua crítica a *O enigma do capital* de Harvey, tenha impedido este último de investigar *O capital*, Livro I, como ele mesmo anuncia desde o início: ler *O capital* “nos próprios termos de Marx” (Harvey, 2013, p.11). Talvez, por isso, Harvey termine por induzir os leitores de Marx a praticar uma leitura simplista de *O capital*.

Referências bibliográficas

HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. *Para entender o capital*. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação*. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011. [Ed. esp.: *Grundrisse: elementos fundamentais para la crítica de la economía política – 1857-1858*. 15.ed. México: Siglo Veintiuno, 1985].

PRADO, E. F. S. *O marxismo pé no chão de David Harvey*. 2012. Disponível em: <http://www.theotoniodossantos.blogspot.com>.